

MITO E REALIDADE DA OPINIÃO PÚBLICA

CÂNDIDO TEOBALDO DE SOUZA ANDRADE

“Sei onde há mais sabedoria do que a encontrada em Napoleão, Voltaire ou em todos os ministros, presentes e futuros: na opinião pública.” — TALLEYRAND

É inegável que, embora os meios de comunicação e o progresso educacional estejam evoluindo aceleradamente, as pessoas nem sempre estão bem informadas, pois a latitude e a longitude dos problemas as impedem de obter informes em número suficiente para que possam opinar de maneira racional. Ademais, a complexidade das questões levantadas afasta, de certo modo, o homem comum dos problemas de alta indagação. O que, na realidade, existe, é a massa que aceita, por comodismo, os pontos de vista dos grupos relativamente pequenos, porém detentores dos melhores veículos de comunicação.

O procedimento da criatura humana, em face da complexidade da vida moderna, é, às vezes, difícil de ser compreendido. O indivíduo, algumas vezes, mostra-se conscientemente racional em suas atitudes e opiniões; outras, age impulsionado por sentimentos. Seu comportamento, por via de regra, deveria ser produto de fatores tanto racionais, como emocionais, em razoável equilíbrio. Infelizmente, a atuação da propaganda tem levado as pessoas a

CÂNDIDO TEOBALDO DE SOUZA ANDRADE — Professor de Relações Públicas do Departamento Estadual de Administração (DEA) e do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

agirem em virtude de considerações emotivas, deixando a razão e a reflexão como mero *background* de suas ações.

A hegemonia do público frente à massa está na dependência do número, cada vez maior, de pessoas capazes de formar opinião racionalmente esclarecida. A massa, caracterizada pelo comportamento emocional, facilmente manipulável pela propaganda, forma apenas um sentimento coletivo, não a opinião pública. Esta é apanágio do público, que se forma através do debate racional dos problemas. É preciso, portanto, não fugir às controvérsias, criando sempre interesses e possibilidades, a fim de que as questões levantadas sejam discutidas amplamente, pois só assim haverá condições para o aparecimento do público e, conseqüentemente, da opinião pública.

Neste artigo pretendemos examinar o problema da possibilidade da opinião pública como produto de debate racional. Será essa opinião pública um mito ou uma realidade? Como se conceitua a opinião pública? Como se forma? Quais as limitações de sua racionalidade? Discutiremos esses problemas em face da grande importância da opinião pública, não só para os homens públicos, mas, também, para os homens de empresa. Os públicos são o objeto das relações públicas, cuja importância é tão grande para as empresas. Cabe às relações públicas a tarefa de informar os públicos, levantando as controvérsias, facilitando a discussão, permitindo a formação de uma verdadeira opinião pública.¹ Ora, a realização dessa tarefa só será possível na medida em que o homem de empresa tenha uma idéia precisa do que seja a opinião pública.

PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE OPINIÃO PÚBLICA

A origem da expressão "opinião pública" encontra-se, aparentemente, na Antigüidade. Os gregos e os romanos empregavam palavras semelhantes, falando estes últimos em *consensus populi*, numa acepção exclusivamente jurídica.

1) Cf. CÂNDIDO TEOBALDO DE SOUZA ANDRADE, *Para Entender Relações Públicas*, Editora Luzir, São Paulo, 1962.

Na realidade, o termo “opinião pública”, no seu sentido atual, não esteve presente na Antigüidade. O mesmo aconteceu na Idade Média, ainda que nesse período fôsse comum o ditado *vox populi vox Dei*, criado por Albino Flaco, abade de Tours, numa carta ao imperador Carlos Magno. Em sua obra *Discursos*, Nicolau Maquiavel também repetiu o mesmo anexim, quando disse que se podia comparar a voz do povo à voz de Deus. No início do século XVIII o poeta inglês Alexandre Pope escreveu: “É estranha a voz do povo: ela é e não é a voz de Deus”.

O termo “opinião pública”, com o significado de participação popular nas coisas de interesse público, apareceu realmente com Jean Jaques Rousseau, na metade do século XVIII, quando o autor de *O Contrato Social* escreveu que a vontade do povo é a única origem da soberania e das leis. Em igual direção e na mesma época, dizia David Hume, em seu célebre *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, que a soberania da opinião pública, longe de ser uma aspiração utópica, é o que pesa e pesará sempre, em tôdas as horas, nas sociedades humanas.

Com a crescente penetração da filosofia democrática, no século XIX, a expressão “opinião pública” começou a ganhar em significado, desde a idéia romântica de Napoleão Bonaparte de que “a opinião pública é uma potência invisível”,² até aquêles que discordavam da possibilidade de alguns milhares de pessoas alcançarem um *consensus*, formando opinião pública sobre assuntos diversos de real importância.

Nas primeiras décadas do século atual alguns pressupostos acêrca da teoria da opinião pública eram aceitos e defendidos por destacados valores da intelectualidade, não só européia, mas, também, americana. Assim, acreditava-se que o povo se interessava pelas diretrizes políticas, era bem informado, era capaz de deliberar e de chegar a conclusões lógicas, racionais, e que sempre tinha possibilidade de tornar conhecida sua decisão e de impor sua vontade

2) CÉGOS, *Pratique de Relation Publiques*, Paris, 1953, pág. 205.

na elaboração das leis. Surge nesse período a famosa obra de José Ortega y Gasset, *Rebelião das Massas*. Escrevia o filósofo social espanhol: “O mando é o exercício normal da autoridade, o qual se baseia sempre na opinião pública — sempre, hoje como há dez mil anos, entre os ingleses como entre os botocudos”.³ Na mesma trilha achava-se o grande presidente norte-americano Woodrow Wilson quando disse que “a opinião pública governa o mundo”.⁴

Em situação contrária àquelas idéias, o jornalista ianque Walter Lippmann lançava o seu livro *The Phantom Public*, fazendo severa crítica às teorias de uma opinião pública esclarecida e global, dizendo que aquêles pressupostos de racionalidade e de soberania popular eram admitidos por cientistas sociais que partiam da conjetura de que “tôda a humanidade está ao alcance das palavras; ouvindo-as, responderá homogêneamente, pois que tem uma só alma. (...) O apêlo à intuição cosmopolita, universal e desinteressada, existente em todos, equivale a um apêlo a ninguém”.⁵ Mais tarde, em uma conferência realizada em Chicago, em novembro de 1955, Lippmann modificava, parcialmente, o seu pensamento, aceitando a presunção de que, numa sociedade livre, todos os seus membros debatem os problemas de modo sincero e racional.

A OPINIÃO PÚBLICA COMO DISCUSSÃO RACIONAL

O conceito de que a opinião pública faz supor a discussão racional de controvérsias de interêsse geral, implicando, também, a procura do entendimento entre os membros da sociedade, parece estar, em nossos dias, universalmente aceito. Enquanto Gabriel Tarde não chega a considerar o debate público como fator de opinião pública, o seu mais destacado seguidor nos Estados Unidos da América,

3) JOSÉ ORTEGA Y GASSET, *La Rebelión de las Masas*, *Revista de Occidente*, Madri, 1956, pág. 189.

4) PEDRO SABIN, *Mesa Redonda sobre Relações Públicas*, *Revista PN*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1957, pág. 65.

5) WALTER LIPPMANN, *The Phantom Public*, Macmillan Co., Nova Iorque, 1927, págs. 168/9.

o Professor Edward Alsworth Ross, em sua obra *Psicologia Social*, observava que a opinião pública poderia ser considerada como uma “discussão que atrai a atenção geral”.⁶ Interessante, também, notar que o pioneiro da Psicologia Social em terra americana estabelece uma diferença entre opinião pública e opinião preponderante; esta é a opinião que não admite mais discussões (casamento monogâmico no mundo ocidental, por exemplo). Tudo que é passível de discussão, de controvérsia, é terreno propício à formação de opinião pública.

“Não existe opinião pública onde não haja um acôrdo substancial. Mas, não existe opinião pública onde não haja desacôrdo. Opinião pública pressupõe discussão pública”, escreveram Robert E. Park e Ernest W. Burgess, em *Introduction to the Science of Sociology*.⁷ Portanto, segundo êsses autores, é indispensável para a formação da opinião pública a existência de pontos de vista divergentes e comuns que possam ser debatidos amplamente.

Empregando a expressão “discussão pública racional”, James T. Young, citado por W. B. Graves, em *Readings in Public Opinion*, disse: “Opinião pública é o julgamento social de uma comunidade consciente de si mesma, numa controvérsia de significação geral, após a discussão pública racional”.⁸ O conceito de J. Young, portanto, coloca em destaque a racionalidade como fator determinante da opinião pública.

John Dewey, em sua obra *The Public and Its Problems*, anota: “Opinião pública é o julgamento formado e levado em consideração por aquêles que constituem o público e diz respeito a negócios públicos”.⁹ A acepção do filósofo social e educador ianque implica uma boa dose de racio-

6) EDWARD ALSWORTH ROSS, *Social Psychology*, Macmillan Co., Nova Iorque, 1929, pág. 346.

7) ROBERT E. PARK e ERNEST W. BURGESS, *Introduction to the Science of Sociology*, University of Chicago Press, Chicago, 1921, pág. 832.

8) W. B. GRAVES, *Readings in Public Opinion*, D. Appleton Co., Nova Iorque, 1928, pág. 102.

9) JOHN DEWEY, *The Public and its Problems*, Holt, Nova Iorque, 1927, pág. 177.

nalidade, desde que a criação da opinião pública está intimamente relacionada com a existência de um julgamento do público. O seu conceito envolve, também, um aspecto restritivo de que a opinião pública se refira, exclusivamente, a negócios públicos, o que não nos parece exato. As controvérsias não são unicamente políticas e não existe um só tipo de público.

Podemos dizer que o processo da opinião pública é um processo intelectual total: começa com algum problema, seguindo-se uma série lógica de passos até à solução da questão levantada. Inicia-se o processo com uma controvérsia que, não podendo ser solucionada pelos padrões tradicionais, exige a reunião de várias pessoas para discuti-la, racional e amplamente, em busca de uma decisão inteligente. É evidente que outros fatores, além da racionalidade, estarão presentes nas discussões públicas, mas, para que haja opinião pública, é preciso que predominem as considerações de ordem racional. Frequentemente, a discussão pública proporciona a interação dos componentes do grupo em debate, em bases antes racionais do que emocionais, porque o desacôrdo estimula a habilidade de crítica. Prevalecem, assim, as considerações racionais, exigidas em face dos argumentos e contra-argumentos oferecidos pelos elementos em discussão. Não há aí o apoio mútuo e a unanimidade que assinalam a multidão e a massa.

LIMITAÇÕES À RACIONALIDADE

Na verdade, o antigo ideal do homem inteligente e bem informado, que recorre à crítica e à reflexão para chegar a conclusões racionais a respeito das controvérsias levantadas, não constitui uma realidade em todos os sentidos. A hereditariedade, o meio cultural, a personalidade, a impossibilidade de obter tôdas as informações, os estereótipos e tantos outros determinantes impedem a formação de uma opinião pública racional e pura. Porém, não se pode negar que a discussão pública obriga a certa racionalidade, porquanto os argumentos e contra-argumentos expostos têm

de ser justificados e criticados, envolvendo assim avaliação, reflexão e julgamento.

É importante lembrar que na discussão pública as opiniões individuais expostas podem ser resultantes, em grande parte, do grau de acatamento que os membros que discutem tenham pelos orientadores do debate. Os indivíduos, muitas vezes, concordam para evitar conflitos de idéias, sentimentos de ansiedade e, principalmente, porque acreditam não estar à altura dos oponentes. Portanto, não se pode dizer que essas opiniões sejam, totalmente, racionais e lógicas, pois elas estão ligadas aos sentimentos e às emoções. Todavia, essa espécie de tolerância e mesmo a incapacidade inicial de debater os argumentos e contra-argumentos apresentados oferecem um lado positivo: permitem o comêço da interação social entre os integrantes da discussão.

Nesse mesmo sentido opina Robert E. Park: “Sempre que alguns indivíduos estejam juntos, ainda que de modo informal, sem importar quão estranhos possam ser uns em relação aos outros, nem a magnitude das distâncias sociais que os separem, o mero fato de que permaneçam reservados ante a presença dos outros estabelece, imediatamente, um vivo intercâmbio de influências: o principal efeito dêsse intercâmbio consiste em criar uma disposição de ânimo, um *Stimmung*. . .”.¹⁰

É exato não só que tôdas as pessoas participam, direta ou indiretamente, das decisões e das manifestações de nossos semelhantes, como, também, que há verdadeira ansiedade por essa manifestação. Essa ansiedade é uma das características fundamentais da natureza humana.

Deve-se recordar, outrossim, que não pode haver uma discussão pública racional sem que haja, anteriormente, um entendimento, ou seja, o estabelecimento de um “universo de comunicações”. Sòmente dessa maneira será possível chegar ao consenso.

10) ROBERT E. PARK, “*Collective Behaviour*”, *Encyclopedia of Social Sciences*, Nova Iorque, 1930, vol. 3, págs. 631/3.

Donald Pierson, em seu livro *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, observa: "A 'opinião pública' forma-se pelo debate e, na realidade, é o seu 'precipitado'. É geral ao grupo; uma espécie de média das opiniões dos seus vários membros. Assim, talvez não se encontre na opinião de nenhum membro do grupo, considerado sozinho. Nasce do jôgo de diferenças de interesse, de motivos, de julgamentos individuais, que colidem, entram em conflito e se manifestam por meio de notícias".¹¹

O FAUTOR IRRACIONALIDADE

O grande perigo na formação da opinião pública reside na influência, cada vez mais considerável, que os grupos de pressão vêm exercendo em todo o mundo. As informações e as notícias são dispostas habilmente, persuadindo, intimidando ou coagindo as pessoas a aceitar os pontos de vista ou propósitos autoritários desses grupos. Minorias bem organizadas e capacitadas para divulgar sua posição (controle dos veículos de comunicação, propaganda, bons argumentadores etc.) exercem, não raro, muito maior influência sobre o processo de formação da opinião pública do que seria de esperar.

Sobre a atuação dos grupos de pressão nos Estados Unidos da América assim se referiu Leda Boechat Rodrigues em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. "À espantosa proliferação dos grupos de pressão nos últimos 30 anos correspondeu acentuada mudança em suas táticas. De início, o *lobby* (cabala nos corredores do Congresso) consistia, sobretudo, na influência direta, e recorria, com frequência, ao suborno. Depois, grande ênfase passou a ser dada à propaganda e à criação de atitudes públicas favoráveis às pretensões de determinados grupos. Daí falarem uns e outros em *old lobby* e *new lobby*. Segundo conclusão da comissão parlamentar encarregada de investigar o *lobbying* em 1950 (nos EUA), os grupos de pressão, atualmente, 'em vez de tentarem influenciar di

11) DONALD PIERSON, *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1955, pág. 239.

retamente a feitura das leis, procuram criar uma aparência de apoio público a suas pretensões'. Isso é facilitado pela prática corrente, até nos melhores jornais, de dar à propaganda inspirada pelos grupos econômicos o mesmo tratamento dispensado às notícias".¹²

Em seu livro *Public Opinion*, Walter Lippmann focaliza outro aspecto da formação da opinião pública: "Os clichês dentro das cabeças de seres humanos, os clichês deles próprios, de outros, de suas necessidades, propósitos e afinidades são suas opiniões públicas".¹³ Na verdade, o jornalista nova-iorquino encara uma faceta da criação da opinião pública que merece ser estudada. Quando as pessoas procuram, racionalmente, emitir suas opiniões deve-se levar em conta que possuem em sua mente uma ampla série de lembranças, idéias e principalmente imagens estereotipadas que fazem brotar um aspecto de irracionalidade que precisa ser levado em consideração.

O fator irracionalidade — estereótipos, *slogans*, apelos emocionais — pode, às vezes, provocar o aparecimento de um comportamento, por parte do público, muito semelhante ao de u'a multidão ou massa, não surgindo, na realidade, a opinião pública, mas somente um sentimento coletivo, porquanto, segundo nosso conceito, a opinião pública se forma através da comunicação e da interação social, o que difere bastante desse sentimento coletivo produzido pelas massas, em consequência da comunicação apenas unilateral.

Já Gustave Le Bon, em sua famosa obra *As Opiniões e as Crenças*, considerava esse aspecto irracional da opinião pública, quando escreveu: "O meio social exerce nas nossas opiniões e na nossa maneira de proceder uma ação intensa. A despeito de nossa vontade, êle determina interfe-

12) LEDA BOECHAT RODRIGUES, "Grupos de Pressão e de Governo Representativos nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, junho de 1961, págs. 88/9.

13) WALTER LIPPMANN, *Public Opinion*, Harcourt, Nova Iorque, 1938, pág. 29.

rências inconscientes que sempre nos dominam".¹⁴ Ainda no mesmo livro, o psicólogo social francês já havia afirmado que "os homens, na sua imensa maioria, somente possuem opiniões coletivas e que os mais independentes professam, em geral, as opiniões dos grupos sociais a que pertencem".¹⁵ Certo é, entretanto, que essas acepções levam ao conceito de massa, onde prevalecem as reações emocionais às considerações racionais.

Gabriel Tarde, citado por Arthur Ramos, em *Introdução à Psicologia Social*, também entendia a opinião pública como "um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos que, respondendo a problemas propostos, em dado momento, se acham reproduzidos, em numerosos exemplares, em pessoas do mesmo país, do mesmo tempo, da mesma sociedade".¹⁶ Esse julgamento individual, reproduzido em diversas pessoas, as quais, apresentando pontos de vista semelhantes, não se interessam pela discussão pública dos assuntos, constitui característica típica da massa. Não se pode, pois, falar em opinião pública.

Todos esses fatores, complexos e profundos, que dificultam a criação da opinião pública, precisam ser estudados. Os integrantes do público estão na dependência das fontes de informação e de interpretação, uma vez que não podem cobrir, pessoalmente, todas as áreas. Ademais, a propaganda, através dos veículos de comunicação em massa, pode conduzi-los a um comportamento similar ao da multidão ou massa. Também não se deve olvidar que na atual sociedade de massas está presente o sentido de insegurança e isolamento de seus componentes, o que facilita a tarefa dos grupos de pressão, fazendo assim desaparecer, em grande parte, a possibilidade do debate racional e amplo. É importante lembrar, igualmente, que muitas vezes ocorre que algumas pessoas não têm interesse naquilo que outras consideram controvérsias públicas de grande valor.

14) GUSTAVE LE BON, *As Opiniões e as Crenças*, Cia. Brasil Editôra, São Paulo, 1955, pág. 123.

15) Idem, pág. 121.

16) ARTHUR RAMOS, *Introdução à Psicologia Social*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1952, pág. 199.

Na presente sociedade de massas o escopo da opinião pública tem mudado. Na sociedade primária os cidadãos estavam mais preocupados com os problemas locais e as controvérsias giravam, principalmente, em torno de questões de moral. Hoje, na sociedade de massas, os problemas têm dimensões amplas, envolvendo controvérsias de caráter regional e internacional, não se restringindo, apenas, às comunidades locais ou a interesses peculiares.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA

A formação e o desenvolvimento da opinião pública compreendem várias fases. Na primeira etapa há, frequentemente, um mal-estar em consequência do número, da novidade e da complexidade dos problemas que se levantam nas comunidades por força do crescimento rápido do mundo em nossos dias. Por sua vez, a impossibilidade de resolver essas situações através dos padrões e normas culturais exige que as pessoas interessadas passem a agir abandonando as tradições e a herança social que demonstraram ser incompatíveis com as soluções necessárias. Provoca-se, assim, o aparecimento da segunda fase, ou seja, a da controvérsia, em busca de resultados objetivos e imediatos. Num terceiro passo procura-se delimitar a controvérsia levantada, assinalando-se, então, o início da discussão pública. Nesse estágio o debate se generaliza, provocando, às vezes, um descontentamento maior do que o surgido na primeira fase. Não raro o problema é colocado de maneira dramática, onde se misturam razão e emoção, mito e realidade. Porém, pouco a pouco, os argumentos racionais começam a preponderar e a demarcar linhas nítidas em torno da questão controvertida, aparecendo, então, já na última etapa, um *consensus*, que não é a opinião da maioria ou da minoria, mas a opinião mesclada de todas as opiniões individuais ou grupais presentes na discussão pública.

O importante é que a controvérsia seja apresentada, imparcial e claramente, de modo a permitir sua discussão, da

maneira mais ampla e racional. Ela não deve ser colocada em debate público já estando dirigida para determinado resultado ou solução, como se a discussão pública tivesse apenas o mérito de ratificar alguma coisa preestabelecida.

O público, geralmente, compõe-se, de um lado, por grupos de interesse e, de outro, por espectadores desinteressados e desunidos. A controvérsia, que cria o público, é comumente colocada pelos grupos de interesse que, além de estabelecerem as controvérsias, procuram amoldá-las a seus interesses egoísticos. Esforçam-se, outrossim, para conquistar o apoio e a aliança dos espectadores aos seus propósitos, fixando as opiniões das pessoas desinteressadas. Os esforços feitos pelos grupos de interesse, para orientar e moldar a opinião pública, podem tornar-se os primeiros passos no sentido de estabelecer atitudes emocionais, através de informações incorretas ou apelos aos sentimentos.

Daí o fato de alguns psicólogos sociais acreditarem na natureza irracional da opinião pública. Contudo, deve-se ter presente que o próprio sistema de controvérsias e discussões públicas obriga a certo número de cogitações e silogismos que seguem um processo lógico de raciocínio, muito embora possam ter por origem uma premissa não-racional; por conseguinte, a conclusão, ou antes, o precipitado resultante só poderá ser lógico e, portanto, racional. Não convém esquecer, além disso, que os argumentos e contra-argumentos, defendidos e justificados, implicam crítica e reflexão.

É claro que a qualidade da opinião pública está na dependência da ampla discussão pública. É preciso notar, inicialmente, que a discussão pública pressupõe debates preliminares e exploratórios, visando não somente a definir, com exatidão, a controvérsia, mas também a chamar a atenção para o problema, estimulando assim o aparecimento de considerações várias e propostas divergentes a respeito do tema em polêmica.

Quando a controvérsia estiver realmente definida e diversas alternativas tiverem sido apresentadas, ter-se-á atingi-

do, efetivamente, a área da discussão pública. Será, então, quase impossível evitar que ulteriores propostas venham a ser apresentadas, muitas vês com o intuito único de provocar confusão, de tumultuar o debate público e de evitar, mediante êsse ardil, que as soluções emergentes possam vir a contrariar os interesses de grupos. Destarte, as decisões naturais e espontâneas que viessem a contar com a referenda do público seriam confundidas, prevalecendo as conclusões propostas pelos grupos interessados.

Kimball Young lembra, com muita precisão, que os líderes e agitadores, representando grupos de pressão, podem ser os primeiros a definir uma controvérsia. Eles são especialmente importantes porque verbalizam e cristalizam os vãos, porém fortes, sentimentos das massas. Diz ainda o autor de *Handbook of Social Psychology* que os líderes e agitadores freqüentemente procuram valer-se, para ocultar suas nefandas intenções, dos desejos e motivos das massas, e que isso constitui, na atual sociedade, uma das mais graves ameaças à democracia.¹⁷

LEIS DE CANTRIL

Segundo o Professor Hadley Cantril, da Universidade de Princeton, EUA, em seu livro *Gauging Public Opinion*,¹⁸ as duas leis principais que regem a opinião pública são: 1.^a) a opinião pública é muito sensível aos acontecimentos importantes; 2.^a) em geral, a opinião pública não precede as emergências: apenas reage a elas.

Consoante a primeira lei do professor Cantril, a sensibilidade da *opinião pública* diante dos eventos de importância é uma realidade. Talvez, fôsse mais exato dizer que o *público* — não, pròpriamente, a opinião pública — seja suscetível aos acontecimentos. Não nos esqueçamos de que a opinião pública é produto da discussão dos compo-

17) KIMBAL YOUNG, *Handbook of Social Psychology*, Routledge and Kegan Paul Ltd., Londres, 1957.

18) HADLEY CANTRIL, *Gauging Public Opinion*, Princeton University Press, Nova Jersey, 1947.

mentes do público. De qualquer forma, os fatos de grande valor influenciam a formação do público e da opinião pública. Ademais, as controvérsias surgidas resultam sempre de situações críticas determinadas por eventos poderosos.

Outro aspecto deve ser considerado em relação à primeira lei de Cantril. É que os acontecimentos, por si sós, não provocam, nem tampouco influenciam, o aparecimento da opinião pública. Como escreveu Kimball Young, os fatos impressionam a opinião pública, não meramente por sua ocorrência, porém pelo modo de como são interpretados. Na verdade, êsse ponto de vista é importante, visto que interpretar quer dizer traduzir e representar. Entram, assim, vários fatores subjetivos e emocionais que podem induzir as atitudes e opiniões do público em face dos eventos. Essas características irracionais que entram na interpretação dos acontecimentos, contudo, não oferecem grande gravidade, pois que a sugestão presente no público não possui aquela força que conhecemos na multidão e na massa. Sem embargo, êsse fator precisa ser observado.

Quanto à segunda lei de Cantril, não se pode negar que a opinião pública é conseqüência das emergências. Quando um problema se levanta e os métodos tradicionais, bem como as soluções de rotina, não conseguem encontrar decisões adequadas e oportunas, cria-se a discussão pública em torno da questão controvertida e, finalmente, resultante das reações do público em frente das emergências, surge a opinião pública.

LIVRE DIÁLOGO

Em resumo, quando uma atividade, que envolve interêse, é produto de duas ou mais atividades individuais, sua realização está na dependência da comunicação, do debate e do acôrdo comum. Para tanto é preciso:

- que o promotor dessa atividade se comunique com todos os que tenham interêse ou possam vir a ser alcançados por ela, proporcionando, assim, oportunidade

para que os interessados formem juízos de suas necessidades, vantagens e fins;

- que as pessoas interessadas deliberem em comum, expondo suas opiniões, fazendo valer suas razões, apresentando objeções, procurando, enfim, fazer prevalecer sua convicção pessoal ou, ao revés, aceitando a opinião alheia;
- que haja acôrdo onde a opinião comum ou a deliberação coletiva seja o resultado da ampla e livre discussão, representando, dêsse modo, o universo de todos os interesses e opiniões levantados durante o debate.

Em igual direção A. Lawrence Lowell, em seu livro *Public Opinion and Popular Government* anotou: “A fim de que a opinião possa ser pública não é suficiente u’a maioria e não é exigida a unanimidade, mas ela precisa ser tal que, embora a minoria dela não participe, seus integrantes se sintam obrigados, não pelo mêdo, mas pela convicção, a aceitá-la; e, se a democracia é completa, o acatamento da minoria deve ser dado de boa-vontade”.¹⁹

CONCLUSÕES

O público age através da formação de uma opinião pública. Esta não é uma opinião unânime, nem, tampouco, a opinião da maioria. É uma opinião composta; consiste na tendência que resulta do embate de muitas opiniões divergentes, que se influenciam e se modificam mutuamente. A opinião pública está em contínuo processo de formação; raramente é possível chegar ao consenso completo. A opinião pública aproxima-se de uma síntese, sem jamais alcançá-la totalmente. Nem todos os membros do público contribuem para essa síntese de forma equitativa; a opinião pública é reflexo do grau, da eficiência, da organização e da verbalização dos grupos ou indivíduos que participam do debate.

19) A. LAWRENCE LOWELL, *Public Opinion and Popular Government*, Longmans, Green, Nova Iorque, 1953, pág. 15.

A sociedade só poderá viver em relativa harmonia se existirem entre seus elementos, principalmente entre os grupos antagônicos, as mais amplas comunicações e os mais livres debates em busca de opiniões ou decisões coletivas. Somente sob essas condições poderá a opinião pública ser realmente formada, assegurando a paz e o progresso dos povos.

É certo que, atualmente, existe grande interesse por parte dos que lideram — no poder público ou nos grandes grupos econômicos — de criar autênticas massas, passíveis de serem dirigidas através de propaganda constante e audaciosa. No entanto, as entidades — públicas ou privadas — tôdas voltadas para o interesse social, devem facilitar a discussão dos problemas e fornecer suficientes informações para o debate, propiciando o aparecimento da comunidade de públicos. A massa poderá gerar a opinião pública, mas apenas como mito. Porque somente o público, em face das controvérsias, com o amplo diálogo entre seus componentes e à base de considerações racionais, poderá dar origem à opinião pública real.